



EXPANDINDO O APOIO POLÍTICO PARA ACESSO E DIREITOS AO ABORTO

LIÇÕES GLOBAIS PARA DEFENSORES

ISBN: 979-8-9868978-1-3

© 2021 Ipas.

Produzido nos Estados Unidos da América.

Citação sugerida: Ipas. (2021). *Expandindo o apoio político para acesso e direitos ao aborto: Lições globais para defensores*. Ipas: Chapel Hill, NC

Ipas trabalha a nível global para melhorar o acesso ao aborto seguro e à contracepção para que cada mulher e rapariga possa determinar seu próprio futuro. Trabalhamos em África, Ásia e América Latina, com parceiros para tornar o aborto seguro e a contracepção amplamente disponíveis, com vista a conectar as mulheres com informações vitais para que elas possam ter acesso a serviços seguros e a advogar pelo aborto legal e seguro.

Ipas é uma organização sem fins lucrativos registada sob o número 501 (c) (3). Todas as contribuições para o Ipas são dedutíveis de impostos em toda a extensão permitida por lei.

Para mais informação ou para doar ao Ipas:

Ipas
P.O. Box 9990
Chapel Hill, NC 27515 USA
1-919-967-7052
www.ipas.org

Nota do tradutor: Muitas citações anónimas estão presentes neste documento. Enquanto o inglês permite a neutralidade de género nessas situações gramaticais, o português nos leva a fazer uma escolha. Considerando que era difícil saber o género das pessoas citadas nesta fase, o tradutor optou por atribuir-lhes aleatoriamente os géneros masculino e feminino, sem que isso necessariamente reflectisse a realidade.



Este documento é resultado de um projecto financiado com a ajuda do governo do Reino Unido para o benefício dos países em desenvolvimento. No entanto, as opiniões expressas e as informações nele contidas não são necessariamente as mesmas ou as endossadas pelo governo do Reino Unido, que não aceitará responsabilidade por tais opiniões ou informações ou por qualquer confiança nelas depositada.

Índice

Introdução	01
Por que esta publicação?	02
Um quadro para advocacia dos direitos ao aborto	02
 Secção 1: Entender o problema e as soluções	 04
Entender uma questão complexa	05
6 dicas para comunicar por que o acesso ao aborto é importante	07
Identificar soluções viáveis e económicas	10
 Secção 2: Posicionar a questão para atrair apoio político	 14
Para concentra-se na mensagem, comece com a sua comunidade política	15
Barreiras comuns ao apoio para o acesso ao aborto	15
6 dicas para enquadrar a questão com sucesso	16
 Secção 3: Concentrar-se nas chaves para o sucesso: Estratégia clara, campeões vocais, apoio comunitário	 20
Criar uma comunidade política que está unida em termos de estratégia e soluções	22
Campeões vocais dos direitos ao aborto são essenciais	23
O que torna um campeão dos direitos ao aborto bem-sucedido?	27
Mobilizar apoio comunitário	29
 Secção 4: Aproveitar janelas de oportunidade para a acção	 31
Janelas de oportunidade globais	32
Janelas de oportunidade regionais	33
Janelas de oportunidade nacionais	34
Apoio do governo e prontidão para acção	35
 Juntando tudo	 38
História de sucesso de advocacia: Paquistão	38
História de sucesso de advocacia: Malawi	41



Introdução

O aborto é um cuidado de saúde - e um direito humano fundamental. Mas nem todas as pessoas têm acesso. A cada ano, milhões de pessoas em todo o mundo recorrem ao aborto por métodos inseguros. Devido às desigualdades globais em saúde, quase todas essas pessoas são negras ou pardas e vivem em países de baixa e média renda. Milhões de mulheres e raparigas sofrem ferimentos graves, muitas vezes permanentes, como resultado de um aborto inseguro, e dezenas de milhares morrem.

O acesso a cuidados de aborto permite que mulheres e raparigas determinem seu próprio futuro. Pode fazer diferença se uma rapariga termina os estudos, uma mulher passa a ter um emprego remunerado ou uma pessoa grávida é exposta à violência baseada no género. Mas, apesar de alguns marcos importantes nas últimas décadas, os esforços para desenvolver apoio político para expandir o acesso ao aborto fracassaram em muitos países.

Não tem de ser assim. É por isso que o Ipas trabalha em todo o mundo para expandir o acesso ao aborto e à contracepção. Sabemos que, se as pessoas não têm o direito de tomar decisões fundamentais sobre seu próprio corpo e saúde, não podem gozar plenamente os direitos humanos a que todos temos direito.

Mas defender o acesso ao aborto é diferente de qualquer outra questão de saúde global. A oposição e as barreiras são impulsionadas principalmente por fortes forças culturais, políticas e religiosas, ao invés de desafios técnicos ou financeiros. O Ipas trabalha principalmente em ambientes onde o aborto é altamente restrito e socialmente estigmatizado, tornando extremamente desafiador para os líderes políticos defender os direitos ao aborto. O trabalho nunca é directo ou linear, e não há soluções fáceis para obter apoio político sustentável. No entanto, a mudança é possível, e já tivemos muitos casos de sucesso ao longo das nossas décadas de trabalho de defesa de direitos.

Apoio político (ou prioridade política, liderança política) é o grau em que os líderes políticos internacionais e nacionais activamente dão atenção a uma questão e apoiam essa atenção com contribuições técnicas, financeiras e de recursos humanos que reflectem o quão eles acreditam na existência do problema e na necessidade de resolvê-lo.

Por que esta publicação?

Ipas está a trabalhar em prol de um ecossistema de aborto sustentável - uma condição dinâmica na qual actores e sistemas locais resilientes são activamente responsáveis e estão comprometidos com o direito ao aborto e atentos às necessidades de aborto de todas as pessoas. Apoio e liderança políticos para o direito ao aborto, junto com leis e políticas que garantem o acesso ao aborto, são uma parte essencial desse ecossistema.

Desenvolvemos este recurso para compartilhar contribuições e lições aprendidas pela equipa do Ipas e nossos parceiros em todo o mundo ao longo de décadas de trabalho de defesa de direitos para expandir o acesso ao aborto. Este recurso visa ilustrar os principais obstáculos e oportunidades que os defensores encontram, além de estratégias para superar desafios comuns. Embora saibamos que esta publicação não é de forma alguma exaustiva, esperamos que estimule um novo pensamento e a inovação criativa na defesa dos direitos ao aborto.

Um quadro para advocacia dos direitos ao aborto

Para desenvolver este recurso, começamos com a análise de Jeremy Shiffman sobre a geração de prioridade política para questões de saúde internacionais.¹ A pesquisa de Shiffman visa responder por que algumas iniciativas globais de saúde recebem prioridade de líderes políticos internacionais e nacionais, enquanto outras recebem pouca atenção.

Dados os desafios únicos que os defensores do aborto enfrentam, aplicamos o quadro de Shiffman usando as experiências directas do Ipas e contribuições de parceiros-chave – e esta publicação é organizada com base nesse quadro. O objectivo é abordar os desafios únicos na defesa dos direitos ao aborto e oferecer uma visão de como esse trabalho difere da defesa de outros temas de saúde. Colocamos especial ênfase na criação de campeões fortes e vocais para o aborto - um elemento crucial para o sucesso.

O quadro tem quatro secções, e tratamos de cada uma nesta publicação. Embora todas as secções sejam importantes para gerar prioridade política, não há necessidade de lê-las em ordem cronológica. Nós encorajamos os leitores a explorar quaisquer secções que considerem ser mais imediatamente relevantes para o seu trabalho de defesa de direitos.

Os leitores podem explorar quaisquer secções que considerem mais imediatamente relevantes para o seu trabalho usando o botão clicável Índice no início ou no menu de navegação do lado esquerdo de cada página.

¹ 1 Shiffman, J., & Smith, S. (2007). Generation of political priority for global health initiatives: a framework and case study of maternal mortality. *Lancet* (London, England), 370(9595), 1370–1379. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61579-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61579-7) (texto completo disponível aqui)



INTRODUÇÃO

Agradecimentos especiais: As contribuições apresentadas nesta publicação foram colectadas e compiladas por Charlotte Hord Smith, que ajudou a liderar o trabalho de política e defesa de direitos do Ipas por muitos anos. Seu vasto conhecimento e décadas de experiência são infundidos ao longo destas páginas.

Secção 1: Entender o problema e as soluções

NESTA SECÇÃO

- [Entender uma questão complexa](#)
- [6 dicas para comunicar por que o acesso ao aborto é importante](#)
- [Identificar soluções viáveis e económicas](#)

Esta secção explica como os defensores podem examinar o contexto e o tamanho do problema que estão a abordar e a gama de soluções viáveis. Com o acesso ao aborto, o problema geral é o acesso desigual ao aborto seguro e legal- e a falta de reconhecimento de que as mulheres têm o direito de tomar decisões sobre seus próprios corpos e saúde. Os defensores devem ser capazes de usar dados para demonstrar o grave impacto de negar o acesso ao aborto, e devemos conhecer a gama de soluções viáveis e económicas disponíveis.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- A cada ano, milhões de pessoas em todo o mundo recorrem ao aborto por métodos inseguros - isso é totalmente evitável. Mas, independentemente do número de pessoas afectadas, o imperativo moral de impedir mortes e lesões evitáveis é razão suficiente para priorizar o acesso ao aborto.
- Forçar as pessoas a continuar com uma gravidez indesejada ou não fornecer opções seguras para interromper a gravidez é uma violação dos direitos humanos.
- Existem soluções simples, acessíveis e bem documentadas para eliminar o aborto inseguro e expandir o acesso ao aborto seguro para todas as pessoas—os desafios são políticos.
- Fornecer aos decisores políticos uma visão em primeira mão dos problemas causados pelo aborto inseguro pode ser uma abordagem eficaz para obter o seu apoio.

Entender uma questão complexa

Os decisores políticos muitas vezes desejam saber o fardo exacto de uma doença ou condição específica para decidir se e como priorizá-la. Mas, por muitas razões, é impossível saber o número exacto de abortos inseguros que acontecem, especialmente onde o aborto é legalmente restrito. Estigma, medo e serviços de aborto clandestinos dificultam a colecta de informações precisas sobre quantas pessoas fazem aborto e por quais motivos. Os decisores políticos usam essa falta de informação como desculpa para não agir de modo a melhorar a situação.

Mas sabemos muito sobre os principais componentes dessa questão complexa. As desigualdades de género, raciais e económicas nos sistemas de saúde em todo o mundo tornam difícil para mulheres, pessoas de cor, pessoas LGBTQ e outros grupos marginalizados obter os cuidados de saúde essenciais de que precisam. Essas mesmas desigualdades estruturais há muito bloqueiam o acesso equitativo a cuidados de aborto. Isso significa que as mulheres negras e pardas que vivem em países de renda baixa e média têm mais dificuldade de aceder a cuidados de aborto. Da mesma forma, as mulheres pobres, que vivem em áreas rurais e/ou têm um baixo nível de escolaridade enfrentam mais barreiras.

O aborto é um cuidado de saúde básico - e sempre haverá necessidade de cuidados de aborto legais e acessíveis, mesmo quando as mulheres têm acesso a métodos contraceptivos e o poder de tomar suas próprias decisões sobre saúde reprodutiva. Além disso, o direito ao aborto não é um direito independente. Depende de as pessoas também terem outros direitos humanos: à saúde, à igualdade, à privacidade e a uma vida livre de violência e discriminação. É por isso que os defensores devem trabalhar para integrar os direitos ao aborto nos movimentos mais amplos de acesso à saúde, igualdade de género e raça e justiça social.

USE ESTA FERRAMENTA PARA ENTENDER O ACESSO AO ABORTO NO SEU CONTEXTO

Um **ecossistema de aborto sustentável** é uma condição dinâmica na qual actores e sistemas locais resilientes são activamente responsabilizados e estão comprometidos com o direito ao aborto e atentos às necessidades de aborto de todas as pessoas.

Rumo a um Ecossistema de Aborto Sustentável: Um quadro para desenho, implementação e avaliação de programas é a abordagem do Ipas centrada no ser humano usada para avaliar e construir esse ecossistema. Ela ajuda os defensores a avaliar o estado actual de todas as facetas do acesso ao aborto e identifica as etapas para desenho, implementação e avaliação do progresso.

SEÇÃO 1 Entender o problema e as soluções

Apesar de o acesso ao aborto ser uma questão muito complicada, existem alguns factos básicos que orientam toda a defesa de direitos sobre a questão. Aborto é:

1. um serviço de saúde comum, necessário e que, às vezes, pode salvar vidas
2. um elemento crucial dos cuidados abrangentes de saúde reprodutiva
3. um direito humano fundamental

Além desses três factos, aqui estão alguns pontos cruciais que todos os defensores devem entender sobre o complexo problema do aborto inseguro e a luta pelo acesso ao aborto seguro:

Mulheres continuam a sofrer e a morrer por causa do aborto inseguro.

As leis restritivas ao aborto não reduzem o número geral de abortos e não permitem opções reais para interromper com segurança uma gravidez indesejada, levando as mulheres a procurarem abortos com métodos inseguros. A nível mundial, o aborto inseguro continua a figurar entre as cinco principais causas de morte materna e provoca lesões significativas e complicações para a vida toda.

A questão é polémica. As sociedades permanecem profundamente divididas quanto a permitir ou limitar ainda mais o acesso ao aborto. Se e como lidar com o problema do aborto inseguro geralmente gera intenso escrutínio e debate público, causando estigma desnecessário para aqueles que procuram ou prestam cuidados de aborto. Ainda mais desafiador, os decisores políticos muitas vezes trabalham propositadamente contra o acesso ao aborto, promulgando leis e políticas que limitam o acesso e tornam o problema pior.

A comunidade internacional de saúde e direitos humanos apoia o aborto seguro e legal. Numerosos estudos documentaram a magnitude e os custos do aborto inseguro em países específicos, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) informa regularmente sobre o tamanho do problema a nível global e regional. Além do impacto na saúde, órgãos de direitos humanos têm afirmado repetidamente que forçar as mulheres a ter uma gravidez indesejada ou não lhes dar outra opção a não ser procurar o aborto inseguro viola os seus direitos humanos mais básicos.

A desigualdade é uma grande parte do problema. Sabemos que o aborto inseguro afecta principalmente mulheres e raparigas negras e pardas, que vivem em países de baixa e média renda, pobres, sem educação ou marginalizadas de alguma outra forma. Enquanto isso, mulheres com privilégios e recursos muitas vezes podem encontrar cuidados seguros, independentemente do que a lei permitir.

SECÇÃO 1 Entender o problema e as soluções

Os danos são universais. Encontramos os mesmos problemas na maioria dos lugares onde o acesso ao aborto é restrito:

- mortes e lesões evitáveis
- Dificuldades incalculáveis para os filhos e família de uma mulher
- custos desnecessários para os sistemas de saúde
- impactos negativos na economia

O aborto com pílulas mudou tudo. Nas últimas décadas, o aborto com pílulas (também chamado de “aborto medicamentoso”) tem aumentado globalmente devido à crescente disponibilidade de medicamentos simples, seguros e altamente eficazes que atendem às necessidades das pessoas de realizar um aborto seguro em seus próprios termos.

Isso significa que as mortes e lesões por aborto com métodos inseguros diminuíram - drasticamente em alguns lugares - pois as pessoas muitas vezes podem aceder a pílulas abortivas, mesmo quando o aborto não é legal. Mas embora o número absoluto de mortes e lesões por aborto inseguro possa agora ser consideravelmente menor do que por outros problemas de saúde pública, essas mortes e lesões são totalmente evitáveis e, portanto, inaceitáveis. As pessoas que optam pelo aborto com pílulas têm o direito humano de aceder a informações precisas sobre esse método e de fazer um aborto com pílulas sem o risco de enfrentarem processos legais.

6 dicas para comunicar por que o acesso ao aborto é importante

Na ausência de números concretos, é importante encontrar outras maneiras de demonstrar aos decisores políticos o impacto claro e devastador do acesso desigual ao aborto. A complexidade do problema significa que devemos ajustar algumas das abordagens tradicionais de advocacia. É importante estar ciente do tipo de informação que será mais motivador para os diferentes actores e a melhor forma de fornecer essas informações de forma convincente. Aqui estão seis dicas importantes sobre como fazer isso.

1

Enfoque na injustiça e não nas mortes e lesões.

Frequentemente, os defensores da saúde pública tentam obter apoio para a sua causa com base no fardo da doença ou nas mortes associadas. Ao gerar apoio para o acesso ao aborto, no entanto, pode ser mais eficaz focar nas injustiças sociais mais amplas de negar o acesso ao aborto seguro, porque o número absoluto de mortes ou lesões por aborto inseguro pode não transmitir a importância ou os efeitos propagadores da questão. Por exemplo, mulheres jovens que não têm acesso ao aborto podem ser forçadas a interromper sua educação, restringindo suas oportunidades de emprego. Mortes

SECÇÃO 1 Entender o problema e as soluções

ou ferimentos devido ao aborto inseguro podem deixar crianças sem mãe ou em desvantagem .

“

Não fale sobre o aborto induzido ilegal - fale sobre as mulheres que precisam de um aborto seguro.”

Ex-Oficial de Saúde Materna, Neonatal e Infantil (MNCH), Organização Mundial da Saúde, Província de Punjab, Paquistão



2 Apresente evidências locais.

O aborto foi bem documentado em todo o mundo e acontece em todas as sociedades. Não deveríamos precisar repetir o mesmo estudo em todos os países para reconhecer que negar o acesso ao aborto seguro é prejudicial. Não obstante, descobrimos que reunir e apresentar evidências locais pode ser mais atraente para funcionários do governo e decisores políticos interessados do que apenas apresentar dados globais prontamente disponíveis.  

“

Eu nunca vi um país onde não havia provas. Sempre existe a história de uma mulher que morreu ou teve complicações. Todos os médicos e parteiras sabem que isso acontece. Mesmo que não haja um estudo de magnitude nacional, ele ainda está lá. É tão comum.”

Médico, Quênia



“

Recomendo que as pessoas gerem evidências locais, não tragam evidências da OMS sobre números globais a um formulador de políticas local. Quando me encontro com os diferentes actores envolvidos aqui no nosso condado, mostro a alta incidência de abortos inseguros a nível local e comparo com os dados de todo o Quênia. A apresentação de dados locais faz com que os decisores políticos elaborem estratégias para abordá-los.”

Director de ONG, Quênia



EXEMPLO REAL

Um estudo de 2012, no Paquistão, constatou um número impressionante de 2.2 milhões de abortos por ano, 700.000 complicações com risco de vida devido ao aborto inseguro e estigma que criou barreiras para as mulheres que procuraram cuidados de aborto e os provedores que os oferecem. Essas descobertas significativas chamaram a atenção dos profissionais de saúde reprodutiva e estimularam acções para abordá-los.

3 Mostre o impacto nefasto nas mulheres.

Ver em primeira mão como o aborto inseguro afecta as mulheres pode mudar a vida e estimular os decisores políticos a agir. ▶

“

Testemunhando a situação, vendo casos - não lendo sobre isso em livros - você está lá! Nunca será a mesma coisa. Se eu lhe levar para aquela enfermaria por uma semana, você vai mudar. Quando você vê mulheres, especialmente mulheres jovens, que chegam ao hospital com útero perfurado, sepse, e elas morrem nas suas mãos, enquanto você poderia ter evitado isso, você permanece assombrado para sempre. Se você for um ser humano de verdade, dirá 'espere um minuto, precisamos fazer algo.'"

Enfermeira-Parteira, Quênia

4 Desmistifique mitos e desinformação.

Quebrar mitos—incluindo os que defendem que leis restritivas reduzem o número de abortos, ou sobre quem faz abortos e quais situações levam ao aborto—pode ajudar a reduzir o estigma em torno do aborto e tornar a questão mais pessoal e compreensível. Por exemplo, estudos em vários países mostram que as mulheres procuram o aborto com mais frequência por razões socio-económicas ou para limitar a procriação—razões que raramente são permitidas nas leis de aborto mais restritivas. ▶

“

A maioria das pessoas não entende que as leis de aborto visam eliminar mortes por aborto [inseguro], elas acham que tem a ver com religião. Eu lhes apresento a história da lei e elas dizem que se estamos a tentar reduzir as mortes por aborto [inseguro], não há razão para mantermos uma lei de aborto que resulte no contrário.

Ex-Chefe do Departamento de Saúde Reprodutiva, Ministério da Saúde do Malawi.

5 Envolve os decisores políticos numa abordagem prática para definir o problema.

A abordagem estratégica da OMS para o fortalecimento das políticas e programas de saúde sexual e reprodutiva² é uma forma inclusiva de envolver os principais decisores políticos e outros actores no exame da situação do aborto, abordando as questões a partir de uma perspectiva próxima e pessoal, que muitas vezes resulta em maior vontade política para agir.

EXEMPLO REAL

Na **Serra Leoa**, uma avaliação estratégica envolveu 20–25 líderes do governo e de organizações da sociedade civil como entrevistadores de mais de 650 actores de todo o país para compreender a situação actual da gravidez indesejada e do aborto inseguro. Isso despertou interesse na questão e identificou possíveis defensores no governo que se interessaram em rever a restritiva lei de aborto, de 1861.

2 World Health Organization (WHO). (2007). *The WHO Strategic Approach to strengthening sexual and reproductive health policies and programmes*. WHO: Geneva. Available at: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/69883/WHO_RHR_07.7_eng.pdf;jsessionid=4E8C77A6035CC124CFA7F5EAABEECA36?sequence=1. Consulte também: Rashid, S., et al. (2017). Evaluating implementation of the World Health Organization's Strategic Approach to strengthening sexual and reproductive health policies and programs to address unintended pregnancy and unsafe abortion. *Reproductive Health* vol. 14, 1 153. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5697396/>

6 Inclua dados sobre questões relacionadas com mais apoio.

O problema do aborto inseguro se cruza com outras questões, como violência baseada no género, casamentos prematuros/forçados, os impactos das mudanças climáticas e os desafios enfrentados pelas mulheres em situações de crise ou humanitárias. A advocacia dessas questões tende a receber maior apoio social e político. Portanto, incorporar dados sobre essas questões ao defender o acesso ao aborto pode ser uma estratégia eficaz para ajudar os decisores políticos e o público a compreender a importância do acesso ao aborto. Por exemplo, você pode apresentar dados sobre gravidez indesejada e aborto inseguro nas discussões sobre violência sexual e seu impacto prejudicial nas comunidades.

Identificar soluções viáveis e económicas

O impacto prejudicial do aborto inseguro na saúde e na vida das mulheres é evidente em qualquer lugar onde as leis de aborto restrinjam o acesso aos cuidados. As soluções são simples, claras e bem documentadas. Expandir o acesso ao aborto, portanto, é mais um desafio político do que técnico. Aqui estão cinco coisas a serem consideradas ao explorar as melhores soluções para o seu ambiente/contexto:

1 Remoção de restrições legais ao aborto é crucial.

Leis restritivas em muitos países não permitem o aborto por todos os motivos pelos quais as mulheres os procuram, limitando as unidades sanitárias a oferecerem serviços de aborto apenas em algumas circunstâncias. Em tais ambientes, alguns defensores optam por trabalhar com o objectivo de promover uma mudança na lei para garantir o direito legal ao aborto.

Advocacia em acção ➔ A lei do aborto do **Malawi** data de 1861 e pune mulheres, raparigas e provedores de serviços de saúde que procuram ou realizam o aborto em praticamente todas as circunstâncias. A taxa de mortalidade materna do país está entre as mais altas do mundo, com o aborto inseguro a ser um dos principais contribuintes. A partir de 2010, vários estudos nacionais avaliaram a situação da gravidez indesejada e do aborto inseguro, documentaram a incidência do aborto inseguro e mediram os custos do sistema de saúde para tratá-los. A comunidade política reconheceu que seria difícil de garantir a oferta de aborto seguro sem antes emendar a lei para permitir o aborto em mais circunstâncias.

2 Soluções legais não são suficientes.

Em países onde as leis são menos rígidas, em vez de tentar mudar a lei, os defensores buscam soluções em termos de políticas que ampliem a forma como essas leis são interpretadas para que mais mulheres sejam elegíveis aos serviços.

EXEMPLO REAL

No **Uruguai**, mesmo antes de a lei mudar para permitir o aborto legal, o governo tomou medidas para reduzir os danos do aborto inseguro, autorizando os profissionais de saúde a aconselharem as mulheres sobre o aborto com pílulas e tornando as pílulas abortivas acessíveis sem receita médica. Isso permitiu às mulheres auto-gerir os abortos com segurança, sem a necessidade de dirigir-se a uma unidade sanitária.

3 Às vezes, é melhor se concentrar primeiro em melhorar os serviços de aborto legal existentes, embora limitados.

O estigma e a oposição inevitavelmente cercarão qualquer esforço para expandir o acesso ao aborto legal. Por isso, pode ser benéfico em alguns locais começar por melhorar a qualidade dos serviços de aborto existentes—e/ou o tratamento para complicações do aborto inseguro (também conhecido como assistência pós-aborto)—e por garantir que as mulheres tenham acesso a esses cuidados. Isso pode, por sua vez, abrir a porta para novas mudanças e ajudar a criar defensores vocais dos direitos ao aborto.

Poucos sistemas de saúde colectam sistematicamente dados sobre casos relacionados ao aborto, tornando difícil identificar o fardo exacto das causas do aborto inseguro e monitorar quaisquer melhorias. Mas trabalhar com unidades sanitárias individuais pode fornecer uma visão sobre a necessidade de cuidados e de melhorias específicas nos serviços—e também pode motivar os profissionais de saúde a agir.

Advocacia em acção ➡ Na **Índia**, enquanto muitos grupos defendiam melhorias na legislação existente sobre o aborto, a Ipas Development Foundation complementou esse esforço ao trabalhar com o sistema de saúde para garantir que a lei fosse implementada de maneira adequada. Isso envolveu a sensibilização de funcionários a todos os níveis—do governo federal às unidades sanitárias individuais—para estabelecer sistemas de formação, prestação de serviços, registo e mecanismos de reporte. Esses esforços resultaram numa base alargada de provedores de aborto, melhor disponibilidade e qualidade de cuidados de aborto nos níveis mais baixos do sistema de saúde, mudança para tecnologias de aborto mais seguras e melhor monitoria dos cuidados de aborto.

Advocacia em acção ➡ No **Paquistão**, a comunidade política reconheceu a importância de melhorar os cuidados relacionados ao aborto e decidiu seguir uma abordagem de sistemas de saúde, em vez de tentar alterar a lei do aborto. O Ipas acolheu representantes provinciais em 2012 para discutir o impacto do aborto inseguro e como o sistema de saúde estava a contribuir para o problema, incluindo abortos realizados por profissionais de saúde não capacitados e uso de métodos desactualizados. Evidências de estudos nacionais foram fundamentais para identificar soluções, incluindo a mudança para os métodos recomendados pela OMS e a capacitação de categorias adicionais de profissionais de saúde para realizar o aborto.

SOLUÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE PARA EXPANDIR O ACESSO AO ABORTO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda estas soluções baseadas em evidências voltadas para os sistemas de saúde:

- Garantir que o tratamento para complicações de aborto inseguro (conhecido como assistência pós-aborto) seja disponível e acessível.
- Eliminar o uso do método desatualizado de curetagem para esvaziamento intra-uterino (também conhecido como dilatação e curetagem ou D&C) e substituí-lo por **Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU) ou aborto medicamentoso (aborto com pílulas)**.
- Formar e autorizar quadros adicionais de profissionais de saúde em cuidados de aborto, de modo que os serviços não dependam apenas da disponibilidade de um médico.
- Expandir os cuidados para o nível mais baixo possível dentro do sistema de saúde, para que os cuidados de aborto estejam disponíveis em centros de saúde comunitários e não apenas em unidades sanitárias maiores e hospitais.
- Apoiar as mulheres a auto-administram o aborto seguro com pílulas, tornando as informações e os medicamentos amplamente disponíveis.

4 A lei pode não ser conhecida — ou pode não precisar ser alterada.

Na maioria dos países, os decisores políticos e o público em geral têm pouco ou nenhum conhecimento das especificidades das leis que regem o acesso ao aborto. Nesse caso, você pode aumentar a conscientização sobre as disposições legais e o impacto das restrições ao aborto com a intenção de estimular o debate sobre a necessidade de rever ou reformar leis desatualizadas ou prejudiciais.

Em muitos países, as leis e políticas já permitem o acesso ao aborto legal, mas os governos não estão a tomar qualquer acção para implementar a lei. Nesse caso, você pode usar um processo governamental para interpretar a lei de forma mais extensiva ou desenvolver directrizes sobre o aborto para profissionais de saúde visando ajudar a legitimar o acesso ao aborto. Esses esforços também tendem a reduzir o estigma do aborto e ajudar a normalizar o aborto como cuidado de saúde. Melhorias visíveis nos resultados de saúde podem, por sua vez, levar a mudanças políticas mais progressivas.

Advocacia em acção ➔ Defensores e decisores políticos na **República Democrática do Congo** perceberam que o Artigo 14 do Protocolo de Maputo sobre Saúde e Direitos Reprodutivos, obrigava o governo a fornecer serviços de aborto legal em várias circunstâncias. Eles, portanto, agiram para cumprir essa obrigação legal. Directrizes sobre aborto estão, agora, a ser desenvolvidas para profissionais de saúde.

DICA DE ADVOCACIA

Mostrar aos decisores políticos relutantes como os textos legais existentes não reflectem a política actual ou as prioridades sociais podem convencê-los a promover mudanças:

- Defensores na República Democrática do Congo (RDC) disseminaram uma lei que proíbe o uso de contraceptivos, embora existissem programas nacionais para expandir o acesso à contracepção, como uma forma de advogar por leis actualizadas.
- Os Comissários Africanos de Direitos Humanos que estavam relutantes em considerar as leis de aborto foram convencidos a mudar de ideia quando expostos a leis em seus próprios países que incluíam disposições sobre o aborto.

5 Melhorar o acesso ao aborto é económico para os sistemas de saúde.

Estudos em vários países ilustraram a economia de custos com saúde ao proporcionar aborto seguro, em vez de tratar as complicações do aborto inseguro. A compra de produtos básicos relacionados ao aborto também é um investimento modesto quando garante que serviços seguros estarão disponíveis.

EXEMPLO REAL

No **Paquistão**, os gestores distritais de saúde descobriram que o custo de aquisição de Aspiradores Manuais Intra-Uterinos (AMIU) e *misoprostol* era relativamente menor em comparação com o impacto positivo que isso trazia. Em 2015, o Departamento de Saúde de Punjab adquiriu 10 milhões de pílulas de *misoprostol* usando fundos do orçamento do governo.

6 Financiamento é um grande desafio.

Chegar a um acordo sobre a política de aborto requer mais deliberação e debate e mais parceiros do que a maioria das outras questões e, portanto, geralmente é necessário mais financiamento para que até mesmo as políticas básicas sejam aprovadas. Mesmo quando soluções simples são identificadas, geralmente é difícil conseguir fundos do governo alocados porque a questão é muito estigmatizada.

Em contraste com questões de saúde menos polémicas, a autorização orçamental para formação em aborto, serviços, compra de produtos, documentos orientadores ou outras despesas tende a vir de fontes de financiamento externas, em vez de orçamentos governamentais. 

“



É necessário dinheiro para mobilizar os parceiros e reuni-los para deliberar sobre o aborto. Poucas organizações, mesmo o governo, querem alocar dinheiro para isso. O dinheiro geralmente não é alocado para o aborto no orçamento do governo, portanto, recursos externos adicionais são uma necessidade extra. Isso geralmente não é o caso para outras questões de saúde, que são abrangidas.”

Defensor no Quênia

Secção 2: Posicionar a questão para atrair apoio político

NESTA SECÇÃO

- [Para concentrar-se na mensagem, comece com a sua comunidade política](#)
- [Barreiras ao apoio do acesso ao aborto](#)
- [6 dicas para enquadrar a questão com sucesso](#)

Esta secção aborda o quão bem o problema e suas soluções são compreendidos, tanto internamente pela comunidade política e pelos defensores que trabalham nele, e externamente pelo público e pelos decisores políticos que controlam os recursos.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- Seu contexto local deve determinar os prós e os contras de enquadrar o acesso ao aborto como uma questão de saúde pública, uma questão de direitos humanos ou incorporá-lo numa iniciativa mais ampla.
- Uma estratégia de comunicação consistente é necessária desde o início para orientar como você enquadra a questão para públicos externos.
- A mídia pode ser um parceiro importante para melhorar a consciência pública, reduzir o estigma e normalizar a discussão sobre o aborto.
- Os grupos de oposição podem espalhar desinformação e ameaçar iniciativas para expandir o acesso ao aborto.

Comunidade política para o acesso ao aborto é a rede de indivíduos e organizações que se preocupam e trabalham para priorizar a questão. Isso pode incluir actores governamentais e não governamentais, líderes legislativos, influenciadores da comunidade e até mesmo a mídia.

Para concentra-se na mensagem, comece com a sua comunidade política

Primeiro, compreenda como a comunidade política vê o acesso ao aborto. Para garantir que a questão ressoe junto dos principais actores, você deve posicioná-la publicamente de forma a atrair apoio político. Mas uma primeira tarefa importante é garantir que a comunidade política na qual você está a trabalhar tenha uma compreensão do problema e suas soluções. Isso garantirá que vocês possam permanecer unidos e concentrados na mensagem.

Em segundo lugar, determine a melhor maneira de enquadrar o acesso ao aborto para públicos externos. Assim que a comunidade política estiver a trabalhar com um entendimento comum do problema, vocês estarão prontos para trabalhar em conjunto para determinar o melhor enquadramento do problema para públicos externos, como o público em geral, os líderes religiosos e os decisores políticos que controlam os recursos.

Barreiras comuns ao apoio para o acesso ao aborto

Obter apoio para o acesso ao aborto é particularmente desafiador devido à forma como o tópico foi mal-interpretado tanto na esfera pública quanto na privada. Os defensores devem superar várias barreiras, entre elas:

- Mitos e concepções erróneas sobre o aborto, muitas vezes disseminados por grupos de oposição anti-aborto, incluindo sobre a segurança do aborto, quem faz o aborto e porquê, e estágios de desenvolvimento fetal.
- Silêncio dos governos e inacção de parceiros que são desencorajados ou impedidos de trabalhar no acesso ao aborto por doadores com políticas anti-aborto.
- Normas sociais estigmatizantes, especialmente visões religiosas que se opõem ao aborto e normas de género que não apoiam a auto-determinação e autonomia reprodutiva das mulheres.
- A percepção de que o aborto é uma agenda Ocidental ou estrangeira.

6 dicas para enquadrar a questão com sucesso

Assim como as soluções para expandir o acesso ao aborto podem variar de acordo com o ambiente, o enquadramento do problema precisará ser personalizado para obter apoio político para resolvê-lo. Você deve considerar estas seis dicas:

1

Pense cuidadosamente sobre o seu contexto para determinar se o acesso ao aborto deve ser considerado uma questão de saúde ou de direitos humanos.

O aborto é claramente uma questão de saúde e de direitos humanos. Altas taxas de aborto inseguro são uma crise de saúde pública evitável. O acesso ao aborto seguro foi reconhecido como um direito por vários órgãos de direitos humanos, incluindo o Comité de Direitos Humanos da ONU, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e o Comité das Nações Unidas Contra a Tortura. Mas os profissionais de saúde e os decisores políticos frequentemente rejeitam um enquadramento de direitos porque os “direitos das mulheres” ou “questões das mulheres” ainda não são priorizados em muitas sociedades. Em tais ambientes, a mensagem pode ser mais aceitável quando o aborto inseguro é enquadrado como um problema de saúde pública.



“



Nas democracias emergentes, os direitos humanos são vistos como um conceito estrangeiro, apenas ganhando impulso lentamente. Os actores com responsabilidades de protecção acreditam ser mais fácil proteger alguns e ignorar outros e, infelizmente, a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos estão entre aqueles que são menos respeitados.”

Advogada zambiana de direitos humanos

2

Escolha cuidadosamente as palavras para aumentar o apoio ao acesso ao aborto.

Mesmo quando o aborto é discutido como uma questão de saúde que pode salvar vidas, fazer referência específica ao aborto pode ser muito controverso ou estigmatizante para os decisores políticos. Isso significa que você pode optar por incluir o acesso ao aborto em iniciativas mais amplas para expandir a saúde reprodutiva ou prevenir mortes maternas. Um enfoque mais amplo pode fazer com que os actores se sintam “mais seguros” politicamente e pode ser uma forma estratégica de permitir que os políticos desviem ou evitem os desafios relacionados ao aborto em alguns ambientes. No entanto, incorporar o acesso ao aborto numa iniciativa mais ampla também pode sair pela culatra, diminuindo ou perdendo o foco no aborto. Noutras vezes, no entanto, escolher usar a palavra “aborto” pode representar uma mudança importante na aceitação do aborto como uma parte essencial dos cuidados de saúde reprodutiva.

Advocacia em acção ➔ Na **República Democrática do Congo (RDC)**, a Coalizão Contra a Gravidez Indesejada deixou propositalmente a palavra “aborto” fora do nome do grupo para focar na causa raiz do problema e evitar a reacção pública contra o aborto. 📌

Advocacia em acção ➔ Em 2010, a **Índia** estava a preparar-se para lançar as suas primeiras directrizes nacionais sobre formação e prestação de serviços de aborto. Graças a um oficial técnico que foi um campeão do acesso ao aborto e apoio em termos de burocracia dentro do governo federal, as directrizes foram chamadas de “Directrizes de Serviços Completos de Aborto”. Isso constitui um marco importante na jornada do país para expandir o acesso ao aborto, representando uma mudança da discussão do aborto como um procedimento puramente médico (anteriormente conhecido como “interrupção médica da gravidez”) para serviços completos de aborto centrados na mulher.

“

Existem tantos relatos negativos de pessoas que fizeram aborto e morreram—os moradores não acreditam que o aborto pode ser seguro. A palavra ‘aborto’ é um problema, imediatamente os faz pensar em morrer. Eles acham que é contra o papel de uma mulher, que deveria ter filhos. Encontrar a maneira certa de falar com as pessoas é fundamental.”

Activista, Serra Leoa

3 **Desenvolva uma estratégia de comunicação para os seus esforços de advocacia.**

Muitos esforços de advocacia para expandir o acesso ao aborto falham porque não há uma estratégia de comunicação consistente para orientar como a questão deve ser enquadrada. As discussões iniciais com grupos técnicos ou de formulação de políticas limitados podem usar a mensagem certa, mas quando a questão passa para a esfera pública, o tópico é facilmente reformulado de forma negativa e os actores perdem o controlo da sua mensagem inicial.

4 **Trabalhe com a mídia para melhorar a precisão das reportagens sobre o aborto.**

Isso pode ajudar a produzir uma cobertura menos estigmatizante e ajudar a definir positivamente como o acesso ao aborto é estruturado para o público em geral e os decisores políticos. Você pode conectar jornalistas e especialistas em tópicos relevantes, compartilhar resumos sobre os dados e evidências mais recentes e até mesmo fazer com que os jornalistas vejam em primeira mão os problemas relacionados à falta de acesso ao aborto. O manual Raízes da Mudança: Um guia de advocacia passo a passo para expandir o acesso ao aborto seguro do Ipas contém orientações específicas sobre o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e trabalho com a mídia. 📌

“

Os jornalistas podem querer mais do que factos—eles querem ver o hospital onde as mulheres procuram atendimento. Num país pobre, eles podem estar mais interessados no custo de prestar serviços de aborto seguro. Não desista, mesmo com histórias negativas. Aprendemos muito ao longo do caminho. Nós até nos ramificamos para incluir teatro e lançar um CD com músicas sobre aborto—tantos ângulos para cobrir o assunto e alcançar as pessoas.”

Activista de aborto, Malawi

Advocacia em acção ➔ Depois que o presidente de **Serra Leoa** se recusou a assinar um projecto de lei legalizando o aborto em Janeiro de 2016, notícias sobre o aborto inseguro e seu número de vítimas aumentaram significativamente. Isso foi estimulado pela história pública de uma mulher que foi estuprada, quando adolescente, por seu líder religioso e encontrou um aborto seguro que salvou sua vida e lhe deu um futuro. Isso mudou a narrativa pública do aborto como um acto criminoso para o aborto como direito fundamental e cuidado de saúde. Infelizmente, em seguida, os líderes religiosos começaram a compartilhar sua oposição ao aborto e isso ofuscou as mudanças positivas na discussão pública — e fez com que os principais decisores políticos não quisessem levar o projecto adiante para uma segunda votação. Esta série de eventos destaca como pode ser desafiador construir e manter uma cobertura positiva da mídia.

5 Entenda como funciona a oposição.

Organizações anti-aborto bem financiadas de países ricos Ocidentais frequentemente trabalham em estreita colaboração com líderes religiosos locais, parlamentares e a mídia, espalhando mitos sobre o aborto e ameaçando processar os líderes que o apoiam. Alguns líderes religiosos envolvidos com a oposição intervieram nos mais altos níveis políticos num país após o outro para promover a inacção sobre as questões de aborto e conseguiram impedir iniciativas que poderiam ter beneficiado milhões de mulheres. Os grupos de oposição trabalham a nível nacional e internacional para vincular o aborto a outras questões polémicas locais, como os direitos LGBTQ, para aumentar o desconforto dos decisores políticos e desencorajá-los de tomar medidas para expandir o acesso ao aborto. O manual [Raízes da Mudança: Um guião de advocacia passo a passo para expandir o acesso ao aborto seguro](#) do Ipas contém orientações específicas sobre como monitorar e responder aos esforços da oposição. 📌

“

”

Quando progresso estava finalmente a ser alcançado, bastou um telefonema do Cardeal para o Presidente para reverter tudo. O Presidente ligou para o Ministro da Saúde, o Ministro da Saúde ligou para o Director de Serviços Médicos e disse ‘retire essas directrizes’, e toda a formação e serviços relacionados ao aborto foram interrompidos em todo o país. Estávamos a trabalhar no nível do [Director de Serviços Médicos] e Unidade de Saúde Reprodutiva do Ministério, mas a Igreja estava a trabalhar no nível do Presidente”.

Líder de saúde reprodutiva no Quénia

6 Esteja preparado para combater a desinformação da oposição.

Grupos anti-aborto são a fonte da maioria dos erros de informação sobre o aborto e permanecem entre as maiores ameaças para alcançar uma liderança política real no acesso ao aborto. Frequentemente, eles conseguem desfazer qualquer iniciativa que envolva saúde e direitos sexuais e reprodutivos alegando que isso seja um estratagema para legalizar o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo e, assim, desintegrar as famílias.

**EXEMPLO REAL**

No **Quênia**, o projecto de lei de saúde reprodutiva de 2020 foi denominado “projecto de lei do aborto”, embora abranja questões amplas e não inclua nada mais forte sobre o aborto do que o permitido pela constituição.

Combater essa desinformação prejudicial não é fácil, mas pode ser feito abordando e trabalhando com os principais líderes religiosos e influenciadores (uma estratégia amplamente exclusiva para a advocacia do aborto)—e garantindo que os decisores políticos saibam que têm uma ampla base de apoio e não estão a expor-se a riscos políticos se agirem.

EXEMPLO REAL

Grupos formais de oposição investem tempo e dinheiro para atrair representantes de países que trabalham em missões permanentes da ONU na cidade de Nova York ou Genebra. Esses indivíduos representam os seus respectivos países na comunidade global, e os grupos de oposição os influenciam a se opor à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos—e acesso ao aborto. Como esses representantes vivem e trabalham na cidade de Nova York ou Genebra, os defensores do país precisam trabalhar mais para construir relacionamentos com eles e ajudá-los a compreender as questões com maior precisão.

Secção 3: Concentrar-se nas chaves para o sucesso: Estratégia clara, campeões vocais, apoio comunitário

NESTA SECÇÃO

- [Criar uma comunidade política que está unida em termos de estratégia e soluções](#)
- [Campeões vocais dos direitos ao aborto são essenciais](#)
- [O que torna um campeão dos direitos ao aborto bem-sucedido?](#)
- [Mobilizar apoio comunitário](#)

Esta secção descreve um dos elementos mais importantes da advocacia para expandir o acesso ao aborto: as pessoas envolvidas na resolução do problema. Mesmo onde há dados claros que documentam um problema, soluções óbvias e oportunidades tangíveis para agir, eliminar o aborto inseguro e expandir o acesso ao aborto seguro exige envolvimento e liderança de pessoas com uma agenda comum e uma ampla base de apoio.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- Trabalhar para expandir o acesso ao aborto é difícil. Esteja preparado para o estigma e a rejeição até mesmo de seus pares mais próximos. Procure nos seus aliados apoio para superar essas dificuldades.
- Parcerias de base ampla são importantes, mas podem levar a divergências na estratégia. Onde houver múltiplos interesses, diferentes grupos que trabalham de forma coordenada podem alcançar vários resultados ao mesmo tempo.
- Identificar — ou criar — campeões vocais dos direitos ao aborto que não tenham medo de arriscar uma reacção negativa profissional ou pessoal, é a chave para aumentar o apoio político.
- Os líderes religiosos geralmente são influenciadores importantes que podem ser a chave para o sucesso ou o fracasso de uma iniciativa de política de aborto e você deve abordá-los o mais cedo possível.

**SECÇÃO 3** Concentrar-se nas chaves para o sucesso: Estratégia clara, campeões vocais, apoio comunitário

- Há poder nos números, e os decisores políticos raramente querem ser os primeiros ou apenas aqueles que falem a favor do acesso ao aborto. Cercá-los com apoio visível é fundamental.
- Envolver grupos comunitários nem sempre é fácil, mas pode ajudar a amplificar as vozes e as verdadeiras necessidades das mulheres e raparigas—especialmente aquelas que têm menos acesso a informações e cuidados.

Comunidade política para o acesso ao aborto é a rede de indivíduos e organizações que se preocupam e trabalham para priorizar a questão. Isso pode incluir actores governamentais e não governamentais, líderes legislativos, influenciadores da comunidade e até mesmo a mídia.

Criar uma comunidade política que está unida em termos de estratégia e soluções

Uma comunidade política coesa e colaborativa pode ser poderosa. Ela pode fornecer estratégias confiáveis, informações consistentes e fidedignas, ferramentas práticas e endosso público para ajudar a orientar as instituições governamentais sobre como promover mudanças—e como se sentir politicamente protegido ao tomar as medidas necessárias. Uma comunidade política dividida pode resultar numa acção mais fraca ou menos eficaz do governo—ou até nenhuma acção—porque os decisores políticos e aqueles que os apoiam não estão todos a colaborar para alcançar os mesmos objectivos.

As comunidades políticas para o acesso ao aborto mais fortes envolvem amplas parcerias entre decisores políticos do governo, profissionais de saúde, advogados, activistas dos direitos das mulheres, líderes religiosos, jovens e, muitas vezes, a mídia. Mas mesmo dentro de coalizões de base ampla, muitas vezes existem divergências sobre como enquadrar a questão, quem deve liderar os esforços e quem deve receber crédito por qualquer sucesso (ou culpa por quaisquer falhas). Desentendimentos e lutas de poder entre parceiros não são incomuns, dados os diferentes interesses e a frequente competição por financiamento externo.

As melhores estratégias para desenvolver apoio político para expandir o acesso ao aborto dependerão do contexto local e das necessidades específicas. Concordar em trabalhar de uma forma coordenada—mesmo em direcção a objectivos diferentes—é a melhor maneira de a comunidade política ultrapassar as diferenças.

Advocacia em acção ➔ Na **República Democrática do Congo (RDC)**, Ipas (uma ONG internacional) inadvertidamente “feriu susceptibilidades” de uma coalizão existente de mulheres activistas que trabalhavam na reforma da lei do aborto, ao trazer dinheiro e atenção para uma estratégia diferente, sem primeiro envolver e ouvir os grupos locais para melhor consolidar e alinhar os esforços.

Advocacia em acção ➔ Na **Serra Leoa**, depois que o Presidente se recusou a assinar um projecto de lei para legalizar o aborto, ONGs a nível nacional e grupos de base comunitária protestaram, alegando que não haviam sido envolvidos de forma adequada nos esforços de advocacia.

DICA DE ADVOCACIA

Às vezes é melhor implementar várias estratégias ao mesmo tempo, e pode até ser politicamente útil ter um grupo ou iniciativa que pareça ser “muito radical”, o que permite que outras abordagens avancem sem atrair atenção negativa.

Causas comuns do desacordo

Os membros da comunidade política têm interesses diferentes, tornando comum que aqueles que trabalham com o acesso ao aborto discordem sobre quais estratégias serão mais eficazes. Os problemas que causam desacordo podem incluir:

- Se a advocacia e a acção devem se concentrar em *melhorar o acesso aos serviços de aborto* ou em *reformular a lei* para permitir serviços por outros motivos? Essas duas estratégias podem ser aplicadas ao mesmo tempo?
- Que tipos de mudanças na lei são mais importantes para expandir o acesso ao aborto? Quais mudanças têm maior probabilidade de obter apoio dos legisladores? Se não forem iguais, como decidir sobre as prioridades de advocacia?
- As comunidades precisam apoiar o acesso ao aborto antes que os decisores políticos sejam envolvidos? Ou a advocacia deve se concentrar nos decisores políticos e deixar o envolvimento da comunidade para mais tarde, quando uma lei ou política estiver pronta para ser implementada?
- As normas e directrizes nacionais para os cuidados de aborto são obrigatórias antes que os profissionais de saúde possam começar a oferecer os serviços? Elas são úteis, mas não são necessárias para fazer com que os provedores se sintam “seguros” ao oferecer serviços? Ou, em países com leis muito restritivas, é má ideia lutar pelo desenvolvimento de directrizes, pois elas apenas implicarão uma maior probabilidade de o governo aprovar uma lei que restringe o acesso ao aborto?

Campeões vocais dos direitos ao aborto são essenciais

Os decisores políticos nacionais podem achar mais fácil se opor activamente ao acesso ao aborto do que arriscar apoiá-lo. Eles podem perceber—com ou sem razão—que seus constituintes se opõem ao aborto e podem temer perder seus cargos ou ser destituídos se falarem a favor de uma mudança progressiva. Esse desincentivo para que os líderes assumam uma posição política é um dos maiores desafios que os defensores do acesso ao aborto enfrentarão.

Em contrapartida, campeões vocais dispostos a falar com conhecimento de causa e abertamente sobre os direitos ao aborto constituem um dos elementos cruciais para o sucesso da advocacia. Os campeões vocais ajudam a desestigmatizar e normalizar a questão do aborto, a mudar a opinião pública e a dar apoio a decisores políticos hesitantes. Esforços de advocacia bem-sucedidos gastam tempo identificando ou construindo defensores vocais que não têm medo de falar em prol dos direitos ao aborto. Mas é claro que

mesmo os mais dedicados dos campeões devem estar preparados para sentir algum estigma e rejeição. 🗨️

“

”

Nosso parceiro mais importante era da academia, uma ginecologista sénior. Ela fez parte do grupo técnico consultivo e permaneceu como formadora mestre em aborto. Ela foi muito clara sobre a necessidade de abordar o aborto inseguro, um tema fortemente defendido para a acção. Vendo ela a ser tão vocalmente solidária, aumentei meu nível de conforto com a questão.”

Ex-Presidente do Comité Consultivo de Tecnologias de Saúde Reprodutiva de Punjab, Paquistão

Advocacia em acção ➡ Depois de serem sensibilizados sobre as questões e a necessidade de mudança, os líderes tradicionais no **Malawi** assinaram um comunicado apelando à acção para abordar o aborto inseguro e o publicaram num jornal de grande circulação, fornecendo um importante símbolo visual de apoio do mais alto nível da sociedade. 🗨️

“

”

Algumas pessoas próximas do meu círculo profissional não quiseram associar-se muito a mim depois que decidi trabalhar com o aborto. Senti rejeição de meus próprios colegas; eles pensaram que eu não pertencia mais à profissão de parteira. Sua linguagem corporal, etc., dizia ‘podemos conversar sobre quaisquer outras questões, menos sobre o aborto.’ Mas já superei esse sentimento.”

Enfermeira-parteira, Quénia

Trabalhar com líderes religiosos e tradicionais

Na maioria dos países, os líderes religiosos e tradicionais são influenciadores importantes e podem afectar a disposição dos decisores políticos em abordar questões sobre o aborto. Envolver os líderes no início de um processo de advocacia pode ajudar a educá-los sobre a necessidade de expandir o acesso ao aborto, pode ajudar a limitar a sua oposição e pode contribuir para identificar soluções que funcionem para os seus seguidores.

Advocacia em acção ➡ que os grupos religiosos muitas vezes se opõem ao aborto, os organizadores da comissão especial do **Malawi**, que estudavam a lei do aborto, convidaram cada grupo religioso importante no país para participar das deliberações e propor conjuntamente um caminho a seguir. A comissão final incluiu a representação do Ministério da Saúde, o Conselho de Igrejas do Malawi, a Conferência Episcopal do Malawi, a Associação Muçulmana do Malawi, o Judiciário, o Ministério da Justiça e um Chefe Sénior representando os líderes tradicionais. O grupo reuniu-se regularmente durante dois anos, examinou abordagens adoptadas por países vizinhos, estudou a base de evidências e apresentou um relatório com recomendações para uma proposta de lei do aborto mais progressiva. 🗨️

“



Trabalhar com líderes religiosos ajudou-me a saber sobre o que eles estavam prontos e dispostos a falar publicamente (o que foi uma grande surpresa) e que era apenas uma questão de lhes dar a plataforma certa (rádio, painéis, etc.). Eles são então capazes de falar na sua própria língua, usando os ensinamentos teológicos, para falar de forma eficaz.”

Ex-Funcionário do Ipas Malawi

Advocacia em acção ➔ O maior erro cometido pelos defensores da reforma da lei do aborto na **Serra Leoa** foi não envolver o Conselho Inter-Religioso, cujos membros acabaram por convencer o Presidente a não transformar o projecto de lei do aborto em lei. Serra Leoa, que é um país muçulmano e cristão, é conhecida por sua tolerância religiosa, o que possivelmente leva os seus defensores a desvalorizarem a importância de ter líderes religiosos que entendam o problema e apoiem a solução.

CAMPEÕES PRECISAM DE INFORMAÇÃO

Para se sentir à vontade para falar sobre o direito ao aborto, a pessoa muitas vezes precisa ser exposta repetidamente a mensagens e informações importantes, como:

- pontos de discussão da sua estratégia de comunicação que enquadram estrategicamente a questão do acesso ao aborto no seu contexto
- dados locais sobre os danos causados pelo aborto inseguro
- histórias pessoais de mulheres, famílias ou profissionais de saúde que foram afectados pelo aborto inseguro

Força nos números

Mesmo os decisores políticos que entendem o impacto negativo do aborto inseguro, raramente querem ser os primeiros a falar sobre a necessidade de mudança. Ter um movimento de base ampla pode proteger os indivíduos de serem alvos da oposição. E os decisores políticos podem se sentir “mais seguros” para agir se souberem que têm uma comunidade política forte e vocal por detrás deles. ▶▶▶

“



Ninguém quer ser o primeiro a apoiar o aborto; eles querem ver se académicos, defensores dos direitos humanos, editorialistas e líderes de opinião já se manifestaram favoravelmente sobre o assunto. Os líderes precisam saber que o que eles dizem se repercute na sociedade e que não serão deixados sozinhos nessa questão.”

Ex-Director, Ipas América Central



Conseguimos obter apoio do nosso membro local da assembleia, envolvendo-o aqui ao nível do país. Mas esses políticos recebem influência negativa dos pares quando sobem para posições mais altas. Quando um contradiz, todos contradizem. Precisamos envolver os decisores políticos individualmente e criar uma rede de embaixadores que podem nos representar na assembleia.”

Director de ONG, Quénia

Advocacia em acção ➔ Viagens de estudo para decisores políticos a países que liberalizaram as leis ou expandiram os serviços de aborto são uma maneira poderosa de mostrar-lhes as opções e os benefícios da acção sobre o acesso ao aborto —e de construir seu apoio para uma mudança progressiva. Legisladores e líderes governamentais da Serra Leoa visitaram a Etiópia, e os membros da Comissão de Reforma da Lei do Malawi visitaram a Etiópia e a Zâmbia para saber por que e como as leis restritivas ao aborto foram alteradas, como o governo introduziu os serviços de aborto e qual foi o impacto disso.

O que torna um campeão dos direitos ao aborto bem-sucedido?

Entrevistámos vários campeões dos direitos ao aborto que se dispuseram a falar em prol do acesso ao aborto, apesar de potenciais repercussões pessoais ou profissionais. Conversámos com dois provedores de aborto, um activista, um alto funcionário do governo, um líder sénior das Nações Unidas e um líder da União Africana—todos eles mostraram-se excepcionalmente dispostos a falar ou agir de alguma forma em defesa dos direitos ao aborto. A partir de suas percepções, compilámos esta lista de características-chave de campeões bem-sucedidos—junto com suas sugestões sobre como fazer com que os decisores políticos apoiem o acesso ao aborto.

Um campeão de direitos ao aborto bem-sucedido:

Muitas vezes experimentou pessoalmente ou viu os efeitos devastadores do aborto inseguro e entende por que acções e soluções são necessárias

“ Quando você testemunha mulheres, especialmente mulheres jovens, vindo ao hospital com útero perfurado, sepse, e elas morrem nas suas mãos quando você tenta salvá-las, enquanto você poderia ter evitado, você permanece assombrada para sempre”.

—Enfermeira-parteira no Quênia

“ Lembro-me de todas as amigas do ensino médio e secundário que morreram de abortos clandestinos, camuflados como outras doenças, como malária ou dores de estômago por mães que tinham vergonha e não tinham outro recurso ou assistência.”

—Activista Legal do Mali

Percebe a injustiça do acesso desigual ao aborto

“ Uma jovem de 16 anos veio ao hospital com o útero perfurado e deixada com colostomia e sem útero. Quantos casos como este temos de ver antes de acreditarmos que precisamos falar sobre isso?

—Provedora de aborto no Quênia

“ Como ex-magistrado, lembro-me de casos criminais em que jovens raparigas e enfermeiras foram processadas por aborto. Elas compareciam no tribunal sempre sozinhas e completamente perdidas. O que me impressionou foi como a sociedade era indiferente ao seu destino ou à assistência jurídica dessas mães e suas filhas, e não tinha respeito pelos seus direitos”.

—Jurista do Mali

Confia nas suas realizações pessoais e profissionais e está pronto para abordar a difícil questão do acesso ao aborto

- “ Quando a pressão estava a crescer [para eu parar de trabalhar no aborto], pedi demissão do emprego; minha consciência não me permitiria colocar dinheiro acima da vida das mulheres.”
— **Ex-funcionário do Ministério da Saúde, Malawi**
- “ Meus anos de trabalho com mulheres e comunidades e análise das barreiras legais e administrativas ao aborto seguro culminou na minha eleição como Relatora Especial sobre os Direitos da Mulher em África. Essa experiência foi decisiva para eu enfrentar os problemas e desafios que as mulheres enfrentam.”
— **Ex-Presidente da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**
- “ Se estivermos convictos nós próprios, podemos convencer os outros.”
— **Ex-Oficial de Saúde Materna, Neonatal e Infantil (MNCH), Organização Mundial da Saúde, Província de Punjab, Paquistão**

Sente-se na obrigação de agir

- “ Tive uma oportunidade e senti que deveria falar abertamente. Esse problema sempre esteve na minha mente e eu estava pronta para tomar uma posição.”
— **Activista da Serra Leoa**
- “ Tomei essa decisão quando me formei e percebi que havia algo que eu poderia fazer. Eu nunca olhei para trás.”
— **Provedor de aborto no Quénia**
- “ Eu trabalhava na OMS e minha responsabilidade era melhorar a saúde das mulheres em África. Tive de pensar em estratégias para abordar cada causa de mortalidade materna e não pude evitar olhar para o aborto.”
— **Professor de Obstetrícia e Ginecologia, Malawi**

Mobilizar apoio comunitário

Os debates políticos sobre o aborto são frequentemente desconectados da realidade enfrentada por mulheres e raparigas que vivem em comunidades rurais ou em ambientes urbanos pobres. Essas mulheres enfrentam os maiores desafios para obter informações precisas e serviços para planejar sua vida reprodutiva, muitas vezes estão fisicamente distantes das unidades sanitárias e não têm recursos para pagar os cuidados. Portanto, é essencial mobilizar as organizações de base: os grupos comunitários que podem amplificar as vozes e as verdadeiras necessidades das mulheres que enfrentam as maiores barreiras para os cuidados de aborto. ▶

Desafios comunitários — e oportunidades

O envolvimento de organizações de base comunitária nem sempre é fácil para a advocacia do acesso ao aborto. Esses grupos muitas vezes carecem de recursos financeiros e humanos, não estão bem conectados aos líderes políticos, e geralmente não são capazes de participar de forma significativa em processos políticos. Eles podem saber pouco sobre os benefícios do acesso ao aborto e podem nunca ter discutido o assunto abertamente. Mesmo assim, grupos comunitários também podem estar mais motivados a agir porque vêem o impacto do aborto inseguro em primeira mão nas suas comunidades. E, muitas vezes, são capazes de evitar políticas que podem tornar desafiadoras as coalizões de nível nacional. Embora os decisores nem sempre respondam aos protestos ou campanhas lideradas por seus constituintes, a mobilização de grupos comunitários pode ajudar a tornar o problema do aborto inseguro visível tanto para os decisores políticos quanto para o público em geral. ▶

A parceria com organizações comunitárias não apenas ajuda a promover os objectivos das políticas nacionais, mas também cria uma oportunidade para educar as populações de difícil alcance sobre sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Comunidades informadas estarão muito mais bem preparadas para aceder aos serviços de aborto se a lei ou as políticas mudarem. ▶

“



Os membros da comunidade pensam que as elites das capitais não entendem os problemas que eles enfrentam. A linguagem que as elites usam não ‘traduz’ tão bem as necessidades das comunidades. É preciso uma parceria entre as elites e os actores comunitários — envolvendo organizações baseadas na comunidade ... para fazer este trabalho.”

Defensora dos direitos das mulheres, Serra Leoa

“



Esqueça os grupos na capital e vá trabalhar com as OBCs nas bases. Elas podem ter problemas de capacidade e falta de conhecimento técnico de relatórios e orçamentos, mas vivem na comunidade. Elas estão mais motivadas para fazer o trabalho, pois são beneficiários directos do que o projecto está a implementar. Demorou um ano para começar qualquer coisa por causa das lutas pelo poder em Freetown.”

Activista, Serra Leoa

“



Apenas mudar uma lei ou oferecer serviços não será suficiente para fazer com que as mulheres rurais mudem seu comportamento se elas não souberam da existência ou dos benefícios do aborto seguro.”

Activista, Serra Leoa



Advocacia em acção ➔ Em dois estados da **Índia**, a **Ipas Development Foundation** criou e orientou uma rede de ONGs estatais perto das comunidades. Com capacitação sobre como reunir evidências sobre as barreiras ao aborto, esses grupos têm desempenhado um papel crítico e eficaz, defendendo com as autoridades locais a necessidade de colmatar as lacunas nos serviços de aborto e sensibilizando a mídia local para criar uma cobertura mais precisa e menos estigmatizante do tópico.

Secção 4: Aproveitar janelas de oportunidade para a acção

NESTA SECÇÃO

- [Janelas de oportunidade globais](#)
- [Janelas de oportunidade regionais](#)
- [Janelas de oportunidade nacionais](#)
- [Apoio do governo e prontidão para acção](#)

Esta secção examina as janelas de oportunidade quando as situações ou eventos são propícios para o avanço da acção política—e a necessidade de sistemas de governo eficazes, prontos para fazer mudanças no momento certo.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- As iniciativas globais raramente oferecem janelas de oportunidade política para expandir o acesso ao aborto; a acção vem mais frequentemente de iniciativas de nível regional ou nacional.
- Oportunidades para acção nacional sobre o aborto podem surgir de grandes eventos, como mudanças ou instabilidade políticas, ou pela mudança de opinião de um decisor político influente.
- Os defensores frequentemente vêm-se “forçados” a abrir as janelas de oportunidade quando os líderes políticos deixam de agir.
- As instituições governamentais devem ser eficazes e estar prontas para agir para que a mudança aconteça.
- Embora campeões em cargos importantes possam ser essenciais para promover mudanças, trabalhar por meio de sistemas governamentais oferece uma base mais durável de apoio político para o acesso ao aborto do que depender de um cargo ou pessoa individual a longo prazo.

Janelas de oportunidade globais

A nível global, o reconhecimento oficial, há muito esperado, do aborto inseguro como um problema foi feito no Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) de 1994.³ O parágrafo 8.25 exortou os governos a “lidar com o impacto do aborto inseguro na saúde como um grande problema de saúde pública.” Esta foi uma janela política importante que finalmente deu “permissão” aos governos e líderes políticos para começarem a abordar a questão.

O Programa de Acção também incluiu a seguinte linguagem de compromisso, limitando a acção do governo a abortos que não sejam contra a lei: “Em circunstâncias em que o aborto não seja contra a lei, tal aborto deve ser seguro”. Isso permitiu que os governos de países com leis muito restritivas desviassem a responsabilidade de tornar seguros todos os abortos e se concentrassem apenas nas poucas circunstâncias em que o aborto é legal.

Cinco anos se passaram após a CIPD, antes que a OMS — a principal organização de definição de padrões de saúde do mundo — encontrasse cobertura política para desenvolver orientações técnicas e políticas sobre o aborto seguro. O parágrafo 63iii do acordo governamental da CIPD+5⁴ determinou: “... em circunstâncias onde o aborto não é contra a lei, os sistemas de saúde devem formar e equipar os provedores de serviços de saúde e devem tomar outras medidas para garantir que tal aborto seja seguro e acessível. Medidas adicionais devem ser tomadas para salvaguardar a saúde das mulheres” (ênfase adicionada).

Mais oito anos se passaram até que a OMS aprovou o documento de referência intitulado *Aborto Seguro: Orientação técnica e política para sistemas de saúde* para divulgação externa. A demora ilustra como é politicamente difícil trabalhar com o aborto. Desde então, a OMS é líder entre as agências das Nações Unidas no fornecimento de orientação técnica e direcção para melhorar o acesso ao aborto seguro.

Iniciativas globais e eventos de convocação, como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU, às vezes são fóruns onde os defensores podem chamar a atenção política para uma questão específica. Mas quando se trata de aborto, raramente há eventos globais focados no assunto; os defensores têm lutado até mesmo para que a questão seja incluída noutros movimentos globais e regionais.

3 United Nations Population Fund. (1994). Programme of Action from the International Conference on Population and Development. In *International Conference on Population and Development*. Retrieved from https://www.unfpa.org/sites/default/files/event-pdf/PoA_en.pdf

4 United Nations General Assembly Resolution 21/2 Key actions for the further implementation of the Programme of Action of the *International Conference on Population and Development* (2 July 1999). Retrieved from https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/key_actions.pdf

EXEMPLO REAL

A Campanha da União Africana para a Redução da Mortalidade Materna em África (CARMMA) nunca incluiu abertamente o aborto inseguro, embora seja uma das principais causas de mortalidade materna em toda a região. Isso resultou numa prioridade política limitada para a questão numa iniciativa regional bem financiada.

Janelas de oportunidade regionais

A nível regional, principalmente em África e Ásia, as conferências focadas no aborto atraíram os decisores políticos dos mais altos escalões do governo e resultaram em verdadeiras aberturas políticas para o acesso ao aborto e oportunidades para gerar acção colectiva.

Advocacia em acção Após a reunião regional de 2003 sobre o aborto inseguro em África, realizada na Etiópia, o Secretário Permanente de Saúde no **Gana** autorizou o desenvolvimento de padrões e directrizes nacionais sobre aborto seguro para profissionais de saúde. Isso abriu portas para um programa nacional liderado pelo governo visando eliminar o aborto inseguro e fornecer serviços legais e seguros que continua até hoje.

Em África, várias oportunidades políticas importantes e bem-sucedidas ajudaram a avançar os direitos ao aborto e expandir o seu acesso. O Protocolo de Maputo sobre os Direitos da Mulher⁵ entrou em vigor em 2006 e até 2020 ainda é o único tratado de direitos humanos que reconhece o direito ao aborto. O Artigo 14 do Protocolo de Maputo apela aos “Estados Partes [a] tomarem todas as medidas apropriadas para... proteger os direitos reprodutivos das mulheres, autorizando o aborto médico em casos de agressão sexual, estupro, incesto, e onde a continuação da gravidez põe em risco a saúde mental e a saúde física da mãe ou a vida da mãe ou do feto.” Os governos que assinaram e ratificaram o Protocolo estão legalmente compelidos a cumprir as suas obrigações.

DICA DE ADVOCACIA

A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos elaborou o Comentário Geral 2,⁶ que esclarece as obrigações dos governos relacionadas ao direito das mulheres de controlar sua fertilidade e de ter acesso a métodos contraceptivos, planeamento familiar, informação e educação, e aborto. Os governos podem usar essa orientação para decidir quais acções tomar e quais dados colectar, e os defensores podem usá-la para acompanhar o progresso e responsabilizar os governos por suas obrigações relacionadas ao aborto.

5 United Nations (2003). Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa. Retrieved from https://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/protocol_rights_women_africa_2003.pdf

6 African Commission on Human and Peoples’ Rights (2014) General Comment No. 2 on Article 14.1 (a), (b), (c) and (f) and Article 14. 2 (a) and (c) of the Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa. Retrieved from <https://www.achpr.org/legalinstruments/detail?id=13>

Janelas de oportunidade nacionais

Momentos de grande agitação ou instabilidade política podem ser oportunidades para os defensores estabelecerem prioridade para os direitos humanos, incluindo o direito de acesso ao aborto. Mas a maioria das aberturas políticas não são muito significativas. Em muitos casos, os defensores podem se ver “forçados” a abrir a janela para pressionar os decisores a priorizar o acesso ao aborto. Uma janela de oportunidade também pode ser tão pequena quanto chamar a atenção de um único decisor ou influenciador.

EXEMPLO REAL

O fim do apartheid, na África do Sul, em 1994, marcou um dos exemplos mais claros de uma janela de oportunidade política a nível nacional, inaugurando uma liderança dedicada aos direitos humanos e à justiça. O novo governo priorizou os direitos reprodutivos e aprovou a Lei sobre a Escolha de Interrupção da Gravidez logo depois em 1996, autorizando o aborto mediante solicitação.

No **Bangladesh**, o estupro generalizado e as gravidezes resultantes durante a guerra de libertação resultaram na aprovação, pelo governo, em 1979, dos serviços de aborto legais (conhecidos lá como regulamentação menstrual).

ADVOCACIA EM ACÇÃO

Na **República Democrática do Congo (RDC)**, a constituição declara que os tratados internacionais ratificados pelo governo substituirão as leis nacionais assim que esses tratados forem publicados no Boletim da República. Desde que a RDC ratificou o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (também conhecido como Protocolo de Maputo) em 2008, e porque o Artigo 14 deste protocolo exige explicitamente que os países signatários protejam os direitos reprodutivos das mulheres ao autorizar o acesso legal ao aborto, tudo o que faltava ser feito para que isso se tornasse lei no país era publicar o Protocolo de Maputo no Boletim da República. Mas isso não aconteceu até 2018, quando uma coalizão de ONGs que trabalha para eliminar o aborto inseguro fez pressão para a publicação, sensibilizando todos os sectores do governo e da sociedade para obter apoio.

No **Paquistão**, o Ministério da Saúde federal delegou a administração de questões de gestão de saúde para o nível provincial, abrindo a porta para discussões mais focadas localmente com os formuladores de políticas de saúde das províncias e acções concretas que poderiam ter sido impossíveis ou mais burocráticas se tentadas a nível nacional.

“



Nós, no Paquistão, aproveitamos todas as oportunidades para fazer advocacia. Certa vez, numa conferência no exterior, vi uma ministra do governo que eu conhecia a opor-se ao aborto. Sabendo que ela seria mais acessível fora das agendas e burocracias típicas do governo, encontrei a oportunidade de puxar conversa com ela e marcar uma um encontro para quando voltássemos para casa. Outra vez eu estava sentada num avião ao lado de uma ginecologista. Eu sabia que era contra o aborto. Conversámos sobre a situação e, no final do voo, ela estava aberta para aprender mais.”

Defensora no Paquistão



Em 2010, defensores na **Serra Leoa** aperceberam-se que o presidente estava no seu último mandato e poderia estar disposto a se posicionar sobre o acesso ao aborto. Eles fizeram pressão para que fosse reactivada uma revisão estagnada da lei do aborto de 1861 pela Comissão de Reforma da Lei e para que o governo cumprisse os requisitos dos tratados de direitos humanos que havia ratificado. Como resultado desta advocacia, o Protocolo de Maputo foi ratificado em 2015, que lançou as bases para uma nova lei de aborto.

A burocracia e o estigma relacionado ao aborto às vezes fazem com que o progresso diminua ou pare, mesmo quando a acção política é exigida por lei.

Advocacia em acção ➔ A comissão de lei especial do **Malawi** publicou o seu relatório de 2015 no Boletim da República, que deveria então ter accionado legalmente o governo a avançar com o projecto de lei para acção legislativa. No entanto, a falta de acção dos principais ministérios fez com que o prazo legal se esgotasse e o processo tivesse de ser reiniciado assim que um novo parlamento fosse formado. Em 2020, o projecto de lei ainda aguardava debate no parlamento.

Advocacia em acção ➔ Na **Serra Leoa**, embora o projecto de lei sobre o aborto seguro de 2015 tenha sido desenvolvido principalmente pelo Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde não conseguiu obter aprovação do Conselho de Ministros e do Parlamento e o projecto finalmente teve de ser apresentado como um projecto de lei privado sem o suporte do governo.

Apoio do governo e prontidão para acção

Para tirar proveito de uma janela de oportunidade política, as instituições e os sistemas do governo devem estar prontos e ser capazes de agir. Normalmente, é importante que uma instituição governamental seja o líder visível em qualquer iniciativa relacionada a políticas sobre o acesso ao aborto, mesmo que o apoio financeiro e técnico e a coordenação venham de especialistas externos. Trabalhar com vista a uma mudança sistémica—em vez de depender de uma pessoa individual para fazer mudanças—constrói credibilidade para a iniciativa, cria responsabilidade dentro das instituições governamentais e é uma forma importante de criar uma base duradoura de apoio político. Aqui estão cinco considerações importantes a esse respeito:

1 O trabalho de um defensor nunca termina.

Preparar-se e agir de acordo com as janelas de oportunidade política é um processo sem fim: mudam os governos, parlamentares são destituídos e um novo grupo de pessoas precisa ser informado e sensibilizado. Sem o envolvimento contínuo dos defensores nos procedimentos de formulação de políticas e pressão sobre os sistemas, o compromisso de garantir o acesso ao aborto pode diminuir à medida que o tempo passa e as lideranças mudam. A porta giratória da liderança política também reforça a importância de trabalhar com tecnocratas e não apenas com políticos nomeados, para

que campeões informados e comprometidos ainda possam estar por perto, mesmo após mudanças na liderança do governo.

2 A liderança pode e deve vir de vários centros de especialização.

As instituições de pesquisa podem reunir dados e evidências confiáveis. O sistema de saúde capacita e equipa os provedores, emite orientações sobre políticas e garante serviços acessíveis. Comissões de reforma legal, parlamentos e sistema de tribunais revêm e aprovam leis. Garantir a coordenação entre essas partes interessadas é a chave para advocacia e acção bem-sucedidas.

EXEMPLO REAL

Na **República Democrática do Congo (RDC)**, pesquisadores de universidades locais com experiência no trabalho com mortalidade materna e planeamento familiar que se preocupavam com o assunto reuniram-se com o Ministério da Saúde e ONGs de assistência técnica para estudar o problema do aborto inseguro. Essa combinação de experiências e interesses culminou em resultados confiáveis e de alta qualidade que influenciaram positivamente a disposição dos decisores em abordar o aborto inseguro.

Funcionários do Ministério da Saúde que participaram da avaliação nacional se convenceram da necessidade de acção. Eles assumiram a liderança para ter o Protocolo de Maputo publicado no Boletim da República Nacional (a última etapa para que as disposições do Protocolo sobre o aborto legal se tornem a lei no país, na RDC). Depois disso, o Ministério da Justiça assinou uma ordem para autorizar as autoridades de saúde pública a prestar serviços completos de aborto, de acordo com as disposições do Artigo 14 do Protocolo, sem demora, e os especialistas se reuniram com tribunais superiores, tribunais provinciais e membros do sistema legal para trabalhar em questões de implementação, como por exemplo, como tratar casos criminais contra mulheres ou médicos relacionados ao aborto.

3 Os compromissos são tão bons quanto as instituições por detrás deles.

Em muitos países, os compromissos governamentais assumidos a nível regional ou internacional não são necessariamente traduzidos em leis ou acções a nível nacional. Essa desconexão enfraquece a capacidade institucional de agir em questões estigmatizadas e controversas.

“

A assinatura de instrumentos internacionais tem sido uma forma de o governo da Zâmbia ser aceite por outras nações. A legislatura tem muito pouca influência sobre com o que o Executivo compromete o estado, então nós, como um país, nos comprometemos em princípio, mas quando se trata da legislação nacional, a legislatura, que é eleita pelo povo e tem poder de estabelecer leis, não tem voz ou ideia sobre o que se comprometeu a fazer.”

Advogado de direitos humanos, Zâmbia

”

4 As decisões judiciais sobre o acesso ao aborto têm um papel a desempenhar.

Em alguns casos extremos, os governos só podem agir quando são forçados a fazê-lo por decisão judicial. As decisões podem, na verdade, ajudar os líderes políticos que são incapazes ou não querem dar passos progressistas por conta própria porque tiram a decisão de suas mãos. Mas se os juízes ainda não tiverem sido expostos a dados e sensibilizados sobre o problema do aborto inseguro, as decisões podem reforçar as leis de aborto restritivas. Os defensores só devem instaurar disputas legais estratégicas que não estabeleçam ou reforcem precedentes legais prejudiciais. Nos países mais conservadores do ponto de vista político, os governos podem ter tanto medo de abordar o aborto seguro que ignoram uma ordem judicial.

Advocacia em acção ➡ No **Quénia**, depois que as forças da oposição pressionaram o Ministério da Saúde a retirar as directrizes nacionais sobre como as disposições constitucionais para os cuidados de aborto deveriam ser implementadas, as organizações da sociedade civil levaram o governo ao tribunal. Após uma longa batalha, o tribunal declarou que as directrizes deviam ser restabelecidas. No final de 2020, o Ministério da Saúde do Quénia ainda não havia cumprido a ordem judicial para restabelecer as directrizes do aborto para profissionais de saúde.

Juntando tudo

NESTA SECÇÃO

- [História de sucesso de advocacia: Paquistão](#)
- [História de sucesso de advocacia: Malawi](#)

HISTÓRIA DE SUCESSO DE ADVOCACIA PAQUISTÃO

CONSTATAÇÕES

- Avaliar, analisar, planejar, agir: no Paquistão, os defensores consideraram isso mais estratégico para se concentrar primeiro no sistema de saúde.
- Às vezes, realizações técnicas discretas podem alcançar mais do que uma defesa pública vocal.
- Encorajar novos campeões abordando-os um a um.

Todos os anos, no Paquistão, milhares de mulheres sofrem as consequências do aborto inseguro — e algumas delas morrem. O aborto é legal no Paquistão para salvar a vida de uma mulher ou para fornecer “tratamento necessário”, mas é altamente estigmatizado e o aborto seguro e a assistência pós-aborto (tratamento para complicações do aborto inseguro) são frequentemente inacessíveis.

No entanto, com o apoio de parceiros técnicos locais, os governos provinciais tomaram medidas significativas para aprovar medicamentos e produtos para o aborto, alocar orçamentos e emitir políticas e orientações técnicas para profissionais de saúde. Essas conquistas surgiram principalmente por meio de acções no sistema de saúde, em vez de advocacia com legisladores ou campanhas de conscientização pública.

Em 2012, inesperadamente, o governo federal delegou a formulação e implementação de políticas de saúde para o nível provincial. O Ipas aproveitou essa oportunidade para alcançar os principais actores do sistema de saúde na província mais populosa, Punjab, e compartilhar dados sobre o impacto negativo do aborto inseguro em mulheres e raparigas e a necessidade de uma solução. Em resposta, os líderes do governo provincial

JUNTANDO TUDO

logo formaram o Comitê de Avaliação de Tecnologia de Saúde Reprodutiva de Punjab (PRHTAC) para avaliar a viabilidade de integrar tecnologias de esvaziamento intra-uterino recomendadas pela OMS no pacote de cuidados de saúde primários e na lista de medicamentos essenciais. O PRHTAC é incomum por ser um comitê governamental no departamento de saúde provincial, mas inclui membros de outros actores não estatais, incluindo agências da ONU e ONGs que participam como parceiros de assistência técnica. Este modelo de comitê teve tanto sucesso que mais tarde foi replicado na província de Sindh e na província de Khyberpakhtunkhwa.

Como a questão do aborto permaneceu sensível e estigmatizada, os defensores se concentraram em melhorias técnicas para o “esvaziamento intra-uterino” (em vez de “aborto”), e os comitês exploraram uma gama de tecnologias de saúde reprodutiva, não apenas aquelas usadas para cuidados relacionados ao aborto. Essa abordagem mais ampla tirou o foco do aborto e tornou-o mais fácil de abordar. Os defensores começaram pequeno, trabalhando um a um com os profissionais de saúde, gestores de unidades sanitárias e decisores seniores do sistema de saúde para examinar os dados sobre o aborto inseguro e avaliar o impacto da melhoria do acesso aos serviços. À medida que pequenas mudanças foram introduzidas nas unidades sanitárias, esses dados foram revistos e alterações adicionais feitas.

Essa abordagem de advocacia resultou numa série de sucessos críticos em termos de políticas que apoiam cada vez mais o maior acesso e qualidade dos serviços. Um exemplo de sucesso é a inclusão do misoprostol (o medicamento usado para o aborto com pílulas) e da aspiração manual intra-uterina (um método de aborto cirúrgico recomendado pela OMS) no Pacote Essencial de Serviços de Saúde como tecnologias de escolha para o esvaziamento intra-uterino. Outro caso de sucesso é um orçamento alocado e usado para comprar milhões de comprimidos de misoprostol para uso em unidades sanitárias públicas. Além disso, a Sociedade de Obstetras e Ginecologistas do Paquistão e o Conselho de Enfermagem do Paquistão endossaram a expansão da base de provedores elegíveis para esvaziamento intra-uterino, e o currículo de obstetrícia agora inclui misoprostol e aspiração manual intra-uterina como habilidades básicas para parteiras.

Após conquistas graduais ao longo dos anos, em 2020 o Ministério da Saúde desenvolveu directrizes de saúde reprodutiva para mulheres grávidas durante a COVID-19, que abordam especificamente os serviços completos de aborto como um serviço essencial, pela primeira vez.

Estratégias-chave

A crescente prioridade política para cuidados relacionados ao aborto de alta qualidade no Paquistão surgiu por meio de uma abordagem deliberada que se concentra em três estratégias principais:

- Comece pequeno, com um envolvimento individual com os actores do sistema de saúde. Comece com o sistema de saúde, não com os legisla-

**JUNTANDO TUDO**

dores. E reconheça e celebre cada pequena melhoria com os parceiros do sistema de saúde ao longo do caminho.

- Compartilhe dados e evidências—de nível nacional e também de serviços baseados em unidades sanitárias específicas—para ajudar as pessoas a enxergar o impacto do seu trabalho. Envolver-se num alcance contínuo e sempre planeie com antecedência o acompanhamento. Uma formação ou um contacto nunca é suficiente.
- Esteja atento a oportunidades políticas e aproveite todas as possibilidades de advocacia.

HISTÓRIA DE SUCESSO DE ADVOCACIA MALAWI

Constatações

- A reforma da lei é um processo longo e sinuoso. Agendas parlamentares e eleições costumam fazer com que janelas de oportunidade de mudanças políticas sejam abertas e fechadas rapidamente, frustrando os esforços para aprovar um projecto de lei rapidamente durante a legislatura.
- Usar um processo governamental aceite para rever a lei e propor mudanças pode construir credibilidade e aceitação do resultado.
- Ter uma comunidade política com habilidades e interesses diversos pode permitir que os seus membros trabalhem com eficácia em estratégias separadas visando alcançar um resultado comum.
- Os defensores vocais dos direitos ao aborto que falam abertamente apesar da possível desaprovação de colegas ou da comunidade são essenciais para mudar as percepções e opiniões sobre o assunto.

A lei de aborto do Malawi é uma das mais restritivas de África, pois só permite o aborto para salvar a vida da mulher. Isso leva muitas mulheres e raparigas a interromper a gravidez indesejada com métodos inseguros, causando mortes e ferimentos.

Começando em 2009, sob a direcção do Ministério da Saúde, Malawi embarcou numa abordagem multifacetada para entender o impacto do aborto inseguro nos seus cidadãos e desenvolver apoio para soluções concretas. Um estudo nacional documentou a presença generalizada e os efeitos prejudiciais do acesso deficiente ao aborto seguro, mas o governo não estava disposto a assumir a liderança nas mudanças, ao invés disso, pressionou a sociedade civil a educar o público sobre a questão e a defender a mudança.

Em resposta, uma rede da sociedade civil foi criada—a Coalizão para a Prevenção do Aborto Inseguro (COPUA)—e eventualmente cresceu para incluir mais de 60 membros institucionais e individuais. O grupo desenvolveu, em conjunto, um plano estratégico sobre como lidar com o acesso precário ao aborto seguro no país e os seus membros se voluntariaram a trabalhar por meio de um dos cinco grupos de trabalho temáticos: alcance comunitário, mídia, sistemas de saúde, questões legais e juventude.

Os esforços da COPUA aumentaram a compreensão pública da necessidade de acesso ao aborto e ganharam o apoio de líderes e chefes tradicionais, grupos comunitários e outros em todo o país. O trabalho dedicado com a mídia resultou numa mudança significativa na qualidade e quantidade das discussões públicas sobre o aborto, passando de reportagens sensacionalistas sobre actividades criminosas para uma consideração cuidadosa de um problema de saúde relevante que precisava de uma solução.

Os defensores também trabalharam com sucesso com o governo para incorporar dados e relatórios sobre o aborto inseguro em relatórios periódicos do governo para comités globais de direitos humanos, como a Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. O envolvimento nesses processos globais por parte de líderes governamentais de alto nível no Malawi ajudou a enquadrar a questão como uma violação dos direitos humanos, além de uma emergência de saúde pública, e criou um senso de urgência de que uma acção era necessária ao mais alto nível. A disposição do governo em abordar a questão nesses fóruns foi registada e o tornou o governo responsável por fazer as mudanças.

Em 2013, em resposta à pressão da sociedade civil, a Comissão de Reforma da Lei do Malawi adoptou uma recomendação anterior para rever a lei de aborto existente e determinar se e como reformá-la. Uma comissão especial foi criada, composta por representantes de líderes e influenciadores importantes, incluindo o Ministério da Saúde, o Conselho de Igrejas do Malawi, a Sociedade Legal do Malawi, a Conferência Episcopal do Malawi, a Associação Muçulmana do Malawi, o Judiciário, o Ministério da Justiça e um Chefe Sênior, em representação dos líderes tradicionais.

Nos dois anos seguintes, a comissão especial se reuniu regularmente para rever as evidências, visitar outros países da região para aprender com suas experiências com o aborto e debater as soluções apropriadas para o Malawi. Em Julho de 2015, a comissão publicou o seu relatório final, solicitando uma reforma da lei e propôs um projecto de lei que legalizaria o aborto em várias circunstâncias.

Por último, apesar do amplo apoio público e liderança dentro de partes do governo do Malawi, o projecto de lei não passou do Conselho de Ministros para debate na Assembleia Nacional durante uma das três sessões parlamentares em 2015. A advocacia continuou pela COPUA e no início de 2021, uma iniciativa privada de projecto de lei dos deputados, que incorpora elementos das recomendações da Comissão de Reforma da Lei, está a aguardar debate no parlamento.

Estratégias-chave

Embora a reforma da lei ainda não tenha sido realizada, muitas mudanças positivas surgiram por meio de algumas estratégias principais:

- Os dados nacionais sobre o aborto inseguro têm sido fundamentais para educar os políticos, construir apoio público para a mudança e ajudar a mídia a melhorar a precisão de sua cobertura do problema.
- A ampla coalizão de activistas da COPUA criou um agregado de peritos em direito, medicina, questões da juventude e comunicações que podem falar sobre o aborto com conhecimento de causa e sob várias perspectivas.



JUNTANDO TUDO

- Os defensores pressionaram por mudanças na lei enquanto, ao mesmo tempo, trabalhavam para aumentar a demanda da comunidade por mudanças, criando uma pressão visível para que os legisladores agissem.



www.ipas.org  [Twitter.com/IpasOrg](https://twitter.com/IpasOrg)  [Facebook.com/IpasOrg](https://facebook.com/IpasOrg)  [Instagram.com/IpasOrg](https://instagram.com/IpasOrg)

P.O. Box 9990 • Chapel Hill, NC 27515 EUA • 1.919.967.7052 • ContactUs@ipas.org

Ipas Parceiros para a
justiça reprodutiva